



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681217 - PI (2021/0225381-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : GEOVANI PORTELA RODRIGUES BEZERRA E OUTRO
ADVOGADOS : GLEUTON ARAÚJO PORTELA - CE011777
GEOVANI PORTELA RODRIGUES BEZERRA - PI008899
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : J M DOS S (PRESO)
CORRÉU : R L M
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J. M. DOS S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (Apelação Criminal n. 0758350-64.2020.8.18.0000) .

O paciente foi preso em 2/11/2019 em razão de mandado de prisão preventiva pela suposta prática de delito previsto no art. 217-A do Código Penal e posteriormente condenado à pena de 10 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão.

O impetrante aduz que a apelação interposta está concluída ao relator para decisão, sem que haja previsão de inclusão em pauta de julgamento.

Alega excesso de prazo da prisão preventiva do paciente, pois foi preso há 2 anos sem que ele tenha dado causa a qualquer fato que justificasse demora na instrução.

Afirma que não estão presentes os pressupostos para a manutenção da preventiva e que o paciente é réu primário, possui ocupação lícita e não oferece risco à ordem pública.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja determinado o relaxamento da prisão do paciente, ou sendo entendimento diverso, a revogação da prisão preventiva cumulada com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

Não há acórdão ou decisão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal

de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, "c", da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente